

# Estrela profanada. Considerações sobre a crise em Gaza

Márcio Benchimol Barros

**Como citar:** BARROS, Márcio Benchimol. Estrela profanada. Considerações sobre a crise em Gaza. *In:* CECON, Kleber; PEREIRA, Reinaldo S; MARQUES, Ubirajara R. de A. (org.). **Amizade e sabedoria:** Festschrift em homenagem a Antonio Trajano. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.165-178. DOI: <https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-567-4.p165-178>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# *Estrela profanada. Considerações sobre a crise em Gaza*

*Márcio Benchimol BARROS*<sup>1</sup>

Nesses dias em que tanto se discute sobre o limite do humor e sobre o “lugar de fala”, eu pergunto ao leitor: existe a piada com lugar de fala? E eu mesmo respondo: existe, são as que compõem o vastíssimo cabedal do assim chamado “humor judaico”. Por meio dessa tradição oral e escrita, os judeus, por séculos, quiçá milênios, exercemos o sagrado e libertador direito de rirmos de nós mesmos, mas também nos criticamos e apontamos nossas contradições. Peço então licença para introduzir com uma anedota oriunda desse repertório a discussão de assuntos nada cômicos. O faço porque a anedota ilustra algo do momento em que vivemos e, além disso,

---

<sup>1</sup> Departamento de Filosofia/Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)/Marília/São Paulo/Brasil/e-mail: marcio.benchimol@unesp.br.

é muito boa. É sobre um judeu muito religioso que viajava em um navio que bate em um rochedo e vai a pique. Mas ele, que sabia alternar suas obrigações religiosas com a prática da natação, consegue alcançar uma ilha deserta, onde passa a viver em condições precárias, porém sem descuidar das orações diárias e do *kiddush* aos sábados (substituindo o vinho por água de coco). Meses depois, é resgatado por uma equipe de busca, cujos membros se surpreendem por verem construídas na ilha não uma, mas duas sinagogas: uma só não era bastante? Indagado sobre o estranho fato, o sobrevivente aponta para uma das sinagogas dizendo: é que daquela ali eu não passo nem perto!

O sentido é claro: ser judeu não é apenas pertencer a um povo, etnia ou religião, mas implica também contrapor-se a outros judeus. As dissensões internas são parte essencial da identidade judaica e há muitas formas, discordantes e mesmo contraditórias, de pertencimento àquilo que se costuma chamar, um tanto descuidadamente, de *povo* judeu. As circunstâncias históricas, sociais e políticas que determinam a vida dos judeus espalhados pelos quatro quadrantes do mundo, e por todas as classes sociais, dá origem a uma diversidade que apenas de forma artificial poderia ser reduzida a qualquer unidade homogênea. Eles são magnatas financistas, mas também imigrantes proletarizados; são rabinos ortodoxos, mas também ateus e livres-pensadores; judeus são Rothschild e Rockefeller, mas também o são Marx e Trotsky.

Nos dias que correm, todas essas tensões internas se decantam dramaticamente em uma única e violenta oposição, da qual não se pode rir, como das duas sinagogas construídas pelo naufrago. O elemento catalizador desse processo é o massacre atualmente em curso do povo palestino pelo Estado de Israel, comandado pelo neofascista Benjamin Netanyahu. Os trágicos acontecimentos que se desenrolam desde outubro passado na Faixa de Gaza tiveram o efeito de simplificar drasticamente a colorida plurivocidade que sempre caracterizou a comunidade judaica internacional, fazendo-a dividir-se entre os que sustentam o regime de Netanyahu em suas investidas contra o povo palestino e os que denunciam o governante como um sanguinário criminoso de guerra, comparável aos piores exemplares do gênero. Os pertencentes ao primeiro grupo não costumam inclinar-se a

discutir suas posições, mas quando o fazem, por mais racionais que tentem parecer, sua argumentação logo se perde nas regiões nebulosas do mito. Pois seu fundamento último será sempre e inevitavelmente o Velho Testamento que, supostamente, garante o “sagrado direito” dos judeus a toda extensão do território da Palestina. Ainda que comecem argumentando em termos do direito internacional, que tenham considerações sobre o direito de autodeterminação dos povos e sobre o problema do antissemitismo, logo uma atração irresistível os leva a relembrar a caminhada de Moisés pelo deserto em busca da “terra prometida”, as guerras bíblicas contra os filisteus (e não são os palestinos descendentes dos filisteus?), a luta de David contra o gigante, não se detendo antes de finalmente evocar o velho patriarca Avraam, com suas longas barbas brancas, dividido entre a esposa Sarai e a escrava Agar. Está claro que quem os acompanha nessa argumentação abandona toda possibilidade de compreender o que se passa hoje na faixa de Gaza e o que vem ocorrendo no território palestino desde 1947. Para que se compreenda objetivamente a natureza desse conflito, que há tantas décadas perturba a paz do Oriente Médio, é preciso se dispor a considerá-lo em suas determinantes geopolíticas e econômicas, o que torna necessário dissipar toda a névoa metafísico-religiosa com a qual os ideólogos sionistas procuram mistificá-lo. Porém, isso não significa que o texto bíblico não nos possa auxiliar a entender, não exatamente o conflito israelo-palestino, mas sim essa dissensão que hoje se produz no seio da comunidade judaica internacional. E mais do que isso: creio que uma reflexão sobre a simbologia que envolve o povo judeu, justamente em razão de seu passado bíblico, nos pode auxiliar a olhar o conflito atual em sua significação universal e em sua conexão com o tema da emancipação da humanidade.

De fato, no plano simbólico, o povo judeu aparece aos olhos do Ocidente sob o signo de uma contradição: a contradição entre uma tendência particularizante e outra universalizante, vale dizer: entre a tendência a fechar-se em torno de si mesmo e a tendência a confundir-se e mesclar-se com todos os outros povos, inclusive na perspectiva da construção de um conceito universal de humanidade. Sob o primeiro ponto de vista, os judeus aparecem como o misterioso povo do gueto, com suas cerimônias privadas, seus ensinamentos esotéricos e, para os cristãos, heréticos, seus

livros supostamente secretos, seu rígido sistema de matrimônio e suas vultosas fortunas que alegadamente permanecem sempre dentro dos muros da comunidade (se bem que, como bem posso atestar, não se distribua entre os membros desta). É bastante bem conhecido o quanto essa tendência ao autoencerramento é consequência das atrozes perseguições, das exclusões e violências a que esse povo esteve submetido desde o medievo, como o povo “negador” e mesmo “assassino” de Cristo, como corpo estranho incrustado que, no seio da própria cristandade, difundia doutrinas que negavam o fundamento religioso da civilização cristã. Consequência desta primeira forma de antissemitismo, o autoencerramento cada vez mais radical do povo judeu será também um dos principais elementos acusatórios de toda forma ulterior assumida pelo antissemitismo, culminando essa relação dialeticamente em uma situação em que a mais poderosa tendência particularizante da atualidade, o sionismo, encontre no próprio antissemitismo sua principal justificativa, senão mesmo sua desculpa. É por isso que hoje em dia quem quer que se atreva a criticar Israel recebe imediatamente a acusação de antissemita.

Já os elementos universalizantes que se associam à história do povo judeu são aqueles que, não obstante tudo o que acabou de ser dito, tornaram possível que a religião judaica (e sua derivação cristã) se tornasse uma das fontes da cultura ocidental como um todo. Tais elementos se manifestam bem cedo na cultura judaica, na própria ideia do monoteísmo. É preciso entender que tal ideia não implica apenas a crença de que há só um Deus, em oposição ao politeísmo, que era regra na Antiguidade. Considerada mais precisamente, ela implica que há só um Deus *verdadeiro*, sendo todos os outros falsos. Como se sabe, na Antiguidade, cada povo específico tem seus próprios deuses, e cada povo costumava considerar seus deuses como mais fortes e mais poderosos que os dos outros povos. Mas não há notícia de que qualquer outra cultura antes da hebraica tenha levantado a reivindicação de que seu deus era o único *verdadeiro*. De um ponto de vista puramente lógico e, nesse sentido, exterior à cultura hebraica, essa reivindicação pode seguramente ser interpretada no sentido de que, se *Yaveh* é o único Deus verdadeiro, ele também é o Deus de todos os seres humanos, independentemente de seu pertencimento a este ou àquele

povo. Dois importantes interditos trazidos pela lei mosaica se somam a esse primeiro elemento promovendo a desterritorialização do Deus hebreu, no sentido de enfraquecer sua ligação específica com o povo hebreu, conferindo-lhe um caráter universal. São eles: a interdição de que se façam imagens de Deus, com o que este perde qualquer traço étnico que o pudesse vincular exclusivamente àquele povo; e a interdição de pronunciar seu nome, com o que os vínculos linguísticos que unem esse nome a uma determinada cultura se desfazem. Em lugar do velho Deus tribal Yaveh, começa a surgir o Deus abstrato e universal que, justamente por ser sem nome e sem rosto, declara todo nome e todo rosto como máscaras enganadoras que escondem sua verdadeira natureza universal. Haveria assim, pelo menos em germe, já na cultura hebraica antiga, a ideia universalista de igualdade entre os homens, justamente como criaturas do mesmo Deus. E assim, de fato, foi ela compreendida por muitos intérpretes posteriores, judeus ou não, da cultura hebraica.

Está claro que tudo isso não significa que os judeus renunciavam à sua condição de povo específico, distinto de todos os outros. Pelo contrário, as narrativas bíblicas dão testemunho claro de que a tendência natural do povo a afirmar sua identidade frente aos outros povos era particularmente forte entre eles. Porém, a existência desses elementos universalizantes na religião hebraica antiga nos leva a assumir que essa tendência convivia, em uma contradição latente, com a tendência oposta de afirmação de uma igualdade profunda de todos os povos. Mas o que é mais importante notar é que, no momento em que tais elementos universalizantes se desenvolviam, o povo hebreu já havia perdido seu Estado e se encontrava na condição de escravo. A promessa religiosa era então uma promessa de redenção, libertação, emancipação, e tinha um significado concreto, terreno: a libertação da condição de escravidão, através do restabelecimento do Estado, com a vinda do *Maschiach* (Messias). Porém, a redenção tinha também uma dimensão teológica e metafísica, que podia ser interpretada como universal, na medida em que implicava que os outros povos deviam reconhecer o único Deus verdadeiro. Assim sendo, na História do povo hebreu está contido um simbolismo bastante potente e importante, e ainda mais importante na era moderna: a ideia de que a emancipação da humanidade

vem daqueles em que a humanidade foi negada, daqueles que foram mais desumanizados, pois a escravidão é o símbolo máximo da desumanização. É claro que os judeus não foram os únicos escravos da Antiguidade, mas a importância que sua religião alcançou no Ocidente, especialmente em decorrência do cristianismo, acabou por tornar sua condição em símbolo privilegiado da desumanização a que os escravizados são submetidos, bem como em possível ponto de apoio bíblico para uma crítica radical e potencialmente universal da opressão de todos os povos e populações.

Escusado é dizer que todo esse simbolismo da emancipação e redenção universal se aprofundam e potencializam substancialmente com a história do célebre filho de Nazaré. Na época de Jesus os judeus viviam sob dura opressão do Império romano, embora não estivessem na condição de escravos. Mas todos os estigmas da desumanização, da violência e da exclusão se concentram na própria figura do menino que nasce entre animais numa estrabaria para fugir de uma campanha de extermínio e, mais ainda, na do homem que é preso e torturado barbaramente para, em seguida, ser morto no cruelíssimo suplício da cruz. Jesus é o pivô do grande cisma do judaísmo cujas consequências para a cultura do Ocidente dificilmente podem ser superestimadas. Nessa dissensão épica e monumental, se manifesta de forma dramática e pela primeira vez explícita a contradição entre as tendências particularizantes e universalizantes presentes na religião hebraica. Jesus se apresenta como *Maschiach* (ou pelo menos assim é visto), o redentor, que os judeus esperavam havia tanto tempo e em que depositavam suas maiores esperanças de libertação. Ele promete a libertação, emancipação e redenção, mas não neste mundo, e sim no mundo verdadeiro, e que, assim como o Deus mosaico, é verdadeiro para todos, universalmente. A emancipação, portanto, não seria fruto da restauração do Estado judaico, como emancipação particular de um povo que afirma sua inquebrantável unidade e identidade frente aos outros povos, mas sim como fruto de uma conversão espiritual, através da qual todos os seres humanos se igualam. E no corpo martirizado de Jesus se repete-se tragicamente a antiga mensagem de que a redenção universal da humanidade deve surgir exatamente a partir do lugar em que essa humanidade é total e absolutamente negada.

Mais de um milênio depois, a tensão entre particularidade e universalidade no seio do judaísmo moderno é trabalhada por Marx em “A questão judaica”. Na obra, em contraposição crítica ao escrito homônimo de Bruno Bauer, ele reflete sobre a condição dos judeus na Alemanha cristã do século XIX e sua reivindicação de direitos políticos iguais aos dos cristãos. Segundo Bauer, a condição para que os judeus alcançassem a almejada emancipação política seria sua renúncia ao judaísmo. A condição universal de cidadão com direitos políticos idênticos a todos os outros seria incompatível com a manutenção da determinação particularizante que mantinha os judeus presos à sua religião, motivo pelo qual seria necessário abdicar desta última para conquistar a primeira. A argumentação de Marx vai no sentido de denunciar como ilusória a universalidade conferida pela condição de cidadão. Esta última, argumenta Marx, não se confunde com a condição de ser humano, de modo que seria perfeitamente possível que todos se emancipassem como cidadãos, permanecendo, porém, como seres humanos, absolutamente não emancipados, cativos de circunstâncias que impedem objetivamente sua realização exatamente como seres humanos. A igualdade de todos como cidadãos perante o Estado teria caráter meramente formal e abstrato, na medida em que mascararia a desigualdade real em que os seres humanos vivem suas vidas efetivas, imersos que estão nas relações de opressão, dominação e exploração que caracterizam a sociedade civil moderna. O próprio Estado, fonte e fundamento da cidadania, não passaria ele mesmo de uma universalidade ilusória. Apresentando-se como instância abstrata, apartada da sociedade civil, sobrepairando altiva e ameaçadoramente o plano real em que se desenrolam os conflitos entre os seres humanos, e aparentemente alheio e isento relativamente à luta de classes, seria ele, não obstante, nada mais que instrumento da dominação de classe, sendo sua pretensa isenção face a ela apenas o aspecto ideológico dessa mesma dominação. A verdadeira emancipação humana não poderia, portanto, ocorrer no plano da cidadania e do Estado, pois pressuporia a superação justamente da dominação de classe e do poder social do qual o Estado é apenas um instrumento. Particularmente interessante para nós é a explicação que Marx dá para o apego dos judeus alemães à sua religião. O Estado burguês, argumenta ele, impede a realização da verdadeira emancipação humana ao mesmo tempo em que, enquanto Estado laico,

desvincula-se da religião. Com isso, ele empurra a religião para a esfera da vida privada, âmbito no qual ela se torna, para os judeus alemães do século XIX, a única salvaguarda de uma ideia de emancipação verdadeiramente humana, ainda que concebida de forma ilusória, já que sua realização não ocorre no plano real, mas apenas no mundo imaginário das representações religiosas.

Deveríamos então supor que Marx identifica na religião hebraica a existência daquela tendência universalista de que estivemos falando? Veria talvez ele, como Hegel, na matriz religiosa judaico-cristã um prefiguração mitológico-metafísica de sua própria doutrina? Uma carta sua a Arnold Ruge parece encorajar essa interpretação. “Nosso lema”, diz ele,

precisa então ser: reforma da consciência não através de dogmas, mas sim através da análise da consciência mítica e obscura para si mesma, apareça ela de forma religiosa ou política. Mostrar-se-á então que o mundo possui há muito tempo o sonho de uma coisa, da qual ele precisa apenas ter consciência para que a possua realmente. Mostrar-se-á que não se trata de uma grande cisão entre o pensamento do passado e o do futuro, mas sim de tornar realidade o pensamento do passado. Mostrar-se-á, finalmente, que a humanidade não inicia uma nova tarefa, mas sim que ela realiza com consciência sua antiga tarefa.<sup>2</sup>

De fato, não é difícil vislumbrar possíveis analogias. Como as doutrinas judaico-cristãs, o pensamento de Marx tem como horizonte uma emancipação humana universal, e a ela se direciona. Diferentemente delas, ele pensa essa emancipação como emancipação real, tendo lugar *nesse* mundo e não no mundo espiritual. Porém, em um ponto importante ele se aproxima das narrativas bíblicas: também para ele a força regeneradora do mundo tem origem na parte mais desumanizada da sociedade. A revolta contra essa desumanização, encabeçada por aqueles que mais a sofrem, os escravizados e desumanizados pelo capitalismo, é a energia portadora da revolução e da transformação do mundo. Segundo a perspectiva de Marx, essa transformação deveria ocorrer em pouco tempo, com a vitória

<sup>2</sup> Marx, K. Brief von Marx an Arnold Ruge, September 1843. In: *Marx-Engels Werke* (MEW). Berlin: Dietz Verlag, 1981. Band 1, p. 346.

da revolução internacional proletária. Porém, o capitalismo mostrou-se bem mais resistente que o esperado, contrariando esses prognósticos e entrando, como diria Lênin, em sua fase superior imperialista. É a fase da luta das grandes potências e corporações pelo controle mundial, a disputa encarniçada pelos mercados internacionais, pelas fontes de matéria prima e pela força de trabalho barata das regiões subdesenvolvidas. O mundo se enche de progresso e mercadorias, no mesmo compasso em que abundam os massacres de populações e os genocídios mais variados, consequência direta e inevitável da corrida imperialista. A marcha triunfal dos impérios capitalistas é suntuosamente pavimentada com as duas grandes guerras mundiais. Ambos os conflitos são precedidos pelos movimentos modernizadores de uma nação retardatária na corrida mundial dos impérios, a Alemanha. Primeiramente com o Reich de Bismark e depois com o de Hitler, a Alemanha, assim como a Itália de Mussolini, se vale do absolutismo para empreender um processo vertiginoso de industrialização, a fim de se colocar em condição de disputa com as potências mais adiantadas pelo domínio mundial.

Na Alemanha nazista a relação conflituosa entre os judeus e o Estado, problematizada no século anterior por Bauer e Marx, recrudesce de maneira trágica. Gradativamente eles perdem não apenas os direitos de cidadania, mas também as posses e, por fim, a própria vida. Na propaganda nazista o judeu aparece de forma ambígua, na qual se manifesta perversamente a contradição entre particularidade e universalidade. Por um lado, são estigmatizados como corpo estranho ao Estado alemão, como sociedade fechada em si mesma no interior da sociedade alemã, às custas da qual viveria de forma parasitária, sugando suas riquezas e causando a pauperização geral. No plano econômico visa essa caracterização justificar a apropriação pelo Estado das fortunas dos magnatas financistas e comerciantes judeus, tornadas necessárias para o esforço de industrialização. Mas, por outro lado, os judeus também são estigmatizados como os fomentadores da revolução socialista internacional, que haveria de destruir todos os Estados nacionais para implementar o governo único judaico-comunista universal. As ressonâncias bíblicas da tese que faz do proletariado a classe revolucionária universal não passaram despercebidas aos nazistas, que delas

souberam tirar proveito ao interpretar o comunismo como nada mais que uma forma secularizada de judaísmo. Não é coincidência que uma famosa entrevista concedida por Hitler acabou sendo publicada com o singelo título de “O Bolchevismo, de Moisés a Lênin”. As consequências dessa perseguição são conhecidas e estão entre as maiores tragédias humanas do século XX. O genocídio judeu na Alemanha nazista choca o mundo não só por sua extensão e brutalidade, mas também pelos métodos racionais e industriais empregados na sua execução. No quadro geral da História, porém, ele figura como apenas um dos muitos genocídios ocorridos desde o início do século, todos eles motivados por uma causa comum: a luta pelo domínio hegemônico mundial entre as nações imperialistas. Porém, por razões que não cabe investigar a fundo, mas que se ligam ao que já foi dito, o Holocausto judeu torna-se o símbolo maior da brutalidade e da desumanização.

Com o Holocausto, mais uma vez o povo judeu se vê colocado no centro de eventos que adquirem significação universal, já que trazem para a ordem do dia internacional a reflexão sobre o fenômeno tragicamente universal da desumanização do ser humano. Mais do que a própria Segunda Guerra, a compaixão internacionalmente despertada pela tragédia judaica é o que faz nascer uma consciência mundial sobre a necessidade de se combater e eliminar o fascismo. Os nazistas não aparecem ao mundo apenas como agressores de nações soberanas e causadores da deflagração do conflito, mas também como aqueles que perpetraram um horrendo crime contra a humanidade, o qual, se não se pode dizer que tenha sido o maior (pois não há unidade de medida aplicável), foi com certeza o que mais notoriedade adquiriu junto à opinião pública mundial, e é por isso que acabou por tornar-se o símbolo máximo da degradação do ser humano. É a esse título que o Holocausto se torna simbolicamente o limite negativo da civilização, que passa a definir-se necessariamente em contraste com ele. Ele passa a valer como materialização daquilo que precisa ser evitado para que a civilização subsista.

Mas o Holocausto também repercute violentamente sobre a própria autoconsciência judaica. A estrela amarela com que os judeus eram identificados na Alemanha nazista torna-se então novo símbolo sagrado a exi-

gir constantemente nossa mais profunda reverência e respeito. A partir do fim da guerra, ser judeu implica de forma incontornável sofrer profunda e pessoalmente, de alguma forma, o Holocausto, e posicionar-se psicológica, emocional e intelectualmente em relação esse evento catastrófico. Novamente a antiga contradição entre universalidade e particularidade desempenha um papel importante, pois é ela que irá determinar as duas formas básicas pelas quais os judeus se posicionam a respeito do Holocausto. A primeira consiste em tomá-lo em sua significação particular, como violência particular cometida ao povo judeu e como manifestação extrema do “eterno” antissemitismo. Como em tantas outras ocasiões, o antissemitismo serve como elemento catalizador da ancestral tendência ao auto encapsulamento. O Holocausto é visto como consequência da debilidade dos laços que unem os membros do povo judeu entre si e com suas tradições, ou mesmo como um castigo divino por essa situação. Lamenta-se a dispersão do povo pelo mundo e condena-se os processos de assimilação. Evidentemente, essa via fortalece a ideia da necessidade do Estado Judeu. O *sionismo*, que havia começado como movimento não religioso ainda no século XIX, ganha força com o Holocausto, na medida em que este parece demonstrar que apenas sob a proteção de um Estado o povo judeu poderia viver livremente e em segurança.

A segunda forma básica de encarar o Holocausto é tomá-lo na significação que ele tem não especificamente para os judeus, mas sim para a humanidade, ou seja, segundo o significado que tornou possível que ele despertasse a comoção mundial que despertou. Esse significado toma o judeu não em sua particularidade, mas sim em seu pertencimento ao gênero maior, o gênero humano. Trata-se aqui, não prioritariamente de uma revolta contra a violência infligida ao povo judeu enquanto tal, mas sim contra a violência infligida ao ser humano *na pessoa* do judeu. Segundo esta perspectiva, ser judeu significa ser capaz de revoltar-se contra qualquer tipo de crime contra a humanidade, como o são os inúmeros genocídios de que outros povos são ou foram vítimas, como também implica necessariamente posicionar-se radicalmente contra o fascismo, onde quer ele se manifeste e sob qualquer forma em que o faça.

O fascismo, porém, nada mais é que manifestação extremada e radicalizada do mesmo ímpeto imperialista e expansionista que animava as potências que o venceram. São essas as nações que, em substituição à fracassada “Liga das Nações”, criam a Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito declarado de tentar impedir novas guerras mundiais e o recrudescimento do fascismo. O fato, porém, é que a ONU tem, desde seu surgimento, o caráter de órgão gestor do imperialismo mundial, incumbido de fazer a mediação dos interesses das nações que venceram a Guerra e assumiram o controle global. Se a guerra, na definição de Clausewitz é “a continuação da política por outros meios”, então, pode-se dizer que a política das Nações Unidas dá continuidade, por outros meios, ao conflito de interesses que desencadeou a Segunda Guerra. Essa ambiguidade constitutiva das Nações Unidas se mostra também em todas as suas principais resoluções, como, por exemplo, na criação do Estado de Israel, em 1947. A comoção causada pelo Holocausto contribui para a materialização da antiga demanda do movimento sionista, com o estabelecimento, na Palestina, de um Estado autônomo que pudesse abrigar os judeus dispersos pelo mundo e protegê-los de novos ataques antissemitas. Porém, essa motivação humanitária convive com a clara intenção de se estabelecer no Oriente Médio um posto avançado do imperialismo ocidental e um agente do interesse das grandes potências. É fora da realidade falar da criação de Israel fazendo abstração desses interesses. Se não fosse por eles, jamais teria sido criado, ou possivelmente o teria sido em outro lugar. Sua criação faz parte da história do imperialismo, faz parte da história de colonização e extermínio dos povos, a mesma História que gerou o nazismo. Deixar de reconhecer esses fatos é condenar-se a não compreender toda a História do conflito israelo-palestino e a deixar-se iludir pela propaganda sionista sobre a natureza dos fatos que hoje se desenrolam no Oriente Médio.

É apenas esse contexto que nos permite compreender a atuação do Estado de Israel desde sua fundação, mas especialmente após a Guerra dos Seis Dias. E é ele também que explica que esse Estado se comporte como ponta de lança da maior potência imperialista do pós-guerra e como defensor dos interesses dessa potência no Oriente Médio. É do Estados Unidos da América, bem como das elites judaicas capitalistas espalhadas

pelo mundo, que vêm os recursos que mantêm Israel como potência econômica e militar. É a partir dali que se difunde pelo mundo toda a nova ideologia sionista, que se caracteriza por confundir deliberadamente judaísmo, sionismo e defesa incondicional do Estado de Israel. Não é, portanto, de se estranhar que a política interna e externa israelense, totalmente definidas pelo pacto com os americanos, sigam o padrão do imperialismo. Infelizmente, não se pode estranhar também que surja na boca e na consciência dos povos e dos líderes mundiais a incômoda comparação entre a política do Estado de Israel sob Netanyahu e a do Terceiro Reich. De certa forma, a analogia é inevitável, visto que aparentemente os opressores de hoje são os oprimidos de outrora. Porém, trata-se de uma identificação falsa, já que as forças políticas que comandam Israel hoje em dia não representam nem o povo judeu como um todo nem as vítimas dos campos de concentração. Por isso, mais proveitoso do que perguntar qual o papel que os judeus desempenham hoje, seria perguntar qual é o papel representado pelos palestinos.

O Holocausto serviu como justificativa histórica para que o consórcio das nações imperialistas decidisse presentear os judeus com um Estado. Nesse Estado eles finalmente conquistam aquilo pelo que lutavam já no século XIX, na Alemanha de Marx: sua emancipação política. Mas o almejado Estado judeu retrocede do padrão dos Estados-nação laicos do século XIX, já que faz oficialmente de parâmetros étnicos e religiosos o critério decisivo para a cidadania. Por isso, o Estado de Israel sempre negou aos palestinos direitos políticos e de cidadania, assim como a Alemanha cristã na época de Marx (e mais ainda a de Hitler) os negava aos judeus. A autoafirmação dos judeus israelenses como povo se expressa, desde a década de 40, na subjugação e espoliação de outro povo que, como parte de seus ascendentes na Alemanha, se apresenta como um corpo estranho que é massacrado atualmente por um regime abertamente racista. Hoje, de forma ainda mais clara do que no século XIX, evidencia-se que a almejada emancipação política dos judeus não é de forma alguma emancipação humana, já que se baseia na negação da humanidade em um determinado povo. É por esse motivo que esse povo hoje atrai sobre si a atenção e a empatia de todos os que aspiram pela emancipação do ser humano.

Não há ofensa mais grave à memória do Holocausto do que a estrela amarela com a inscrição *Jude* que os porta-vozes israelenses ostentaram recentemente na ONU ao tentarem justificar o massacre dos palestinos de Gaza pelo regime de Netanyahu, como se quisessem dizer: “vejam, somos as vítimas, as eternas vítimas, como poderíamos ser os opressores”?! Na verdade, os únicos que teriam direito moral a envergar hoje em dia esse triste símbolo seriam os próprios palestinos, pois são eles que, malgrado todas as diferenças que possa haver, representam no dia de hoje da forma mais clara e completa aquilo que os judeus representaram na Alemanha hitlerista: a desumanização do ser humano. Os palestinos não são o único povo que hoje é desumanizado, mas são sem dúvida o povo que atualmente carrega de forma mais evidente o estigma da desumanização. São eles que mais efetivamente atualizam a evidência inelutável de que é necessária e urgente a luta contra o fascismo, e aqueles judeus que entendem a sua condição judaica como imperativo de luta contra a desumanização do ser humano têm o dever de se colocar a favor desse povo, em cujo sofrimento se reflete todo o horror que é a vida dos povos na periferia do imperialismo capitalista mundial. E têm o dever de apontar para o atual Estado de Israel e bradar: “daquele regime não passo nem perto”!

### *Referências*

MARX, K. Brief von Marx an Arnold Ruge, September 1843. *In*: MARX-ENGELS WERKE (*MEW*). Berlin: Dietz Verlag, 1981. Band 1, p. 343-346.